

INVASÕES FRANCESAS. A ACTUAÇÃO DAS MILÍCIAS E O LEVANTAMENTO EM ARMAS DOS CAMPONESES DE PORTUGAL¹

Abílio Pires Lousada

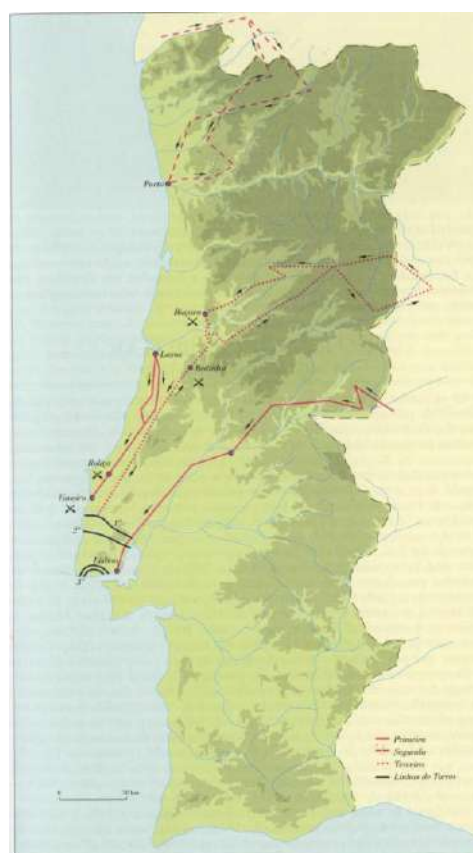
Considerações Iniciais

A Guerra Peninsular e, especificamente, as Invasões Francesas, vinculam a fatalidade geográfica do território continental português. A posição central do seu espaço territorial, que servia de praia de desembarque do poder marítimo ou linha de defesa do poder continental, associada à premência da pressão espanhola, fez de Portugal um território por onde a guerra inevitavelmente passava.

Realmente, entre 1801 e 1812, Portugal foi sujeito a cinco Invasões: a de 1801, apesar de ser materializada militarmente pela Espanha e ter Manuel Godoy como «figura de proa», contou com o «patrocínio» político e o apoio militar da França; em 1807, a invasão foi franco-hispânica e teve em Junot «o comandante de serviço»; as de 1809, 1810 e 1812 foram exclusivamente francesas, contando com Soult, Masséna e Marmont como chefes militares, respectivamente.

Contudo, o que a História comumente releva são três invasões e os comandantes franceses que as materializaram, destacando-se, na Invasão de 1807, as marchas forçadas e sem resistência de Junot desde a raia em Segura a Lisboa, onde procurou chegar antes de a Família Real retirar para o Brasil, e do posterior confronto militar entre franceses e ingleses na Roliça e no Vimeiro. Relativamente à Invasão de 1807,

centramo-la na região de Entre Douro e Minho, no comando de Beresford do Exército português e no confronto entre forças regulares portuguesas e inglesas contra as de Soult nas duas margens do Douro. Sobre a Invasão de 1810, o que a memória guardou foi a Batalha do



Eixos das Invasões Francesas. Fonte *História de Portugal* (Dir José Mattoso, CL, 5º Vol. 1993).

¹ In, *Guerra Peninsular. Prelúdio Liberal do Tecido Político-Social e a Transformação do Aparelho Militar Português*, Lisboa, IESM/Prefácio, 2010.

Buçaco e a defesa das Linhas de Torres, onde as forças luso-britânicas, comandadas por Arthur Wellesley, impuseram uma derrota definitiva à tropa de Massena.

Verdade incontestável, mas uma verdade incompleta. Apresentado desta forma, fica a ideia de que as populações suportaram psicologicamente a contusão francesa e que o sucesso armado recaiu na acção dos contingentes regulares, especialmente britânicos. Acontece que a Guerra Peninsular apresenta um forte carácter popular e que o ónus da resistência assentou, preferencialmente, na actuação irregular. E, em Portugal, quando se fala em guerra irregular fala-se das segunda e terceira linhas defensivas, isto é, nas milícias e nas ordenanças. Tanto mais que a guerra irregular, enquanto *modus operandi*, encontra largas tradições em Portugal, bastando, para o efeito, lembrar as cavalgadas e fossados do período da Reconquista, a guerra de usura contra a Espanha no contexto da Restauração, a guerra brasílica contra os Holandeses, no século XVII, ou a resistência contra franceses e espanhóis na raia nortenha, em 1762.

Portanto, a nossa análise da Guerra Peninsular incidirá sobre a conduta militar irregular das gentes lusitanas, sem pretensões de coartar as virtudes imprescindíveis da tropa de linha nacional e do exército anglo-luso, porque inegável; simplesmente pretendemos completar a realidade militar dos factos.

Um aspecto merece ponderação; a existência, ou não, de guerrilhas a actuar em Portugal à semelhança do que ocorreu em Espanha. Trata-se de uma questão que tem feito correr alguma tinta nos últimos tempos, razão pela qual fundamentaremos a nossa opinião nas conclusões. Para já, recorda-se a transversalidade da resistência irregular operada em Território Nacional: resistência popular, em 1808 (subversão?), resistência de milícias e ordenanças em 1809 (guerrilha?) e contributo das forças irregulares para o esforço de guerra desenvolvido pelo Exército Luso-Britânico, em 1810-1811 (guerrilha inserida na guerra convencional?).

1. O Estrato Sócio-Militar Português

Como sabemos, as invasões concretizadas em território português utilizaram indistintamente vários eixos de penetração, individualizados ou conjugados. Que razões objectivas explicam que Junot tenha utilizado o eixo de penetração da Beira Baixa, em 1807, Soult o do Minho, primeiro, e o da várzea de Chaves, depois, em 1809, Masséna o do Beira Alta, em 1810, tal como Marbot, em 1812? Estamos perante experiências consecutivas atendendo aos sucessivos desaires das invasões napoleónicas?

Quanto a nós, as razões assentam nos seguintes pressupostos:

Junot utilizou o eixo da Beira Baixa por questões de tempo e de (não) resistência. Lembremos que o «Exército de Observação da Gironda» estava concentrado em Bayona, que a corte portuguesa se preparava para retirar para o Brasil, que o Príncipe Dom João dera instruções ao tecido nacional para não resistir aos franceses e Napoleão ordenara que o exército de Junot marchasse rapidamente em direcção a Lisboa, utilizando o eixo de progressão mais curto, com a finalidade de aprisionar a Rainha Dona Maria I e o Príncipe Dom João, fazendo-o sem contratempos em face da imprevisível resistência portuguesa.

A Invasão de Soult pelo Minho/Várzea de Chaves explica-se pela presença do seu Corpo de Exército na Galiza, onde lavrava a insurreição espanhola e marcava presença o contingente militar inglês de John Moore. Assim, invadir Portugal pela raia do Norte foi o óbvio, porque o mais próximo, mediante um desdobramento das forças francesas presentes na região. Além disso, previa-se marchar ao longo do litoral mediante ligação do eixo Braga-Porto-Coimbra-Lisboa.

A invasão de Masséna pela raia da Beira Alta, com «l'Armée du Portugal», justifica-se pela utilização do numeroso potencial militar assente na necessidade de utilizar um eixo que apresentasse menores condicionamentos aos movimentos, de modo a facilitar a conquista decisiva de Lisboa. Como o eixo era o mais longo de todos, previa-se a sua conjugação com um ataque secundário a partir de Elvas, praça-forte que barrava o eixo.

Curiosamente, a raia alentejana (Badajoz-Elvas) nunca foi utilizada pelos franceses como eixo de penetração principal, apesar de constituir a melhor zona de operações para um exército invasor. Os espanhóis utilizaram-no na invasão de 1801 e foi por aí que, em 1807, as tropas do general Solano entraram. Nas invasões exclusivamente francesas foi utilizado para ataques secundários em apoio do esforço de Soult pela raia nortenha, através do general Victor, e da invasão de Masséna por Almeida, na Beira Alta, pelo marechal Soult.

Olhando para a geografia física e humana de Portugal, verificamos que a Norte do Mondego a ruralidade é o seu traço dominante, com um relevo marcado pelas terras altas, cadeias montanhosas, aspereza do clima, rudeza das pessoas, isolamento social e infertilidade das terras. Aí era possível visualizar uma identidade de natureza física e cultural, onde a instituição do morgadio e a actividade fundiária emprestavam um cunho de estabilidade sócio-económica, imunizando a região às ingerências da administração central e às inimizades exteriores. O povoamento era aglomerado, existindo as aldeias compactas e separadas umas das outras, principalmente nas zonas do interior, situação derivada das necessidades sentidas pelas populações em ocuparem o menos possível a exiguidade dos terrenos férteis para a agricultura.

Refira-se ainda que a Norte do Mondego, na faixa litoral Viana do Castelo-Coimbra, existia uma maior densidade populacional e localidades mais desenvolvidas, com a actividade piscatória e a comercial a envolverem o essencial da actividade das populações. Os «favores» de um clima temperado, a ocorrência de uma precipitação equilibrada, a existência de melhores recursos hidrográficos e a proximidade do mar permitiam, para além da pesca, uma agricultura mais intensiva, “assente na policultura e na criação de gado grosso”, situação exponenciada com a difusão da cultura do milho, fundamental para a alimentação de um número mais alargado de pessoas; consequentemente, ao contrário das aldeias compactas do interior, sobressaía “a dispersão das casas rurais em pequenos casais e aldeias”².

Trás-os-Montes era uma zona de baixa densidade populacional (c. 262 000 hab), as Beiras rondavam os 900.000 habitantes, números semelhantes aos do Minho, enquanto a comarca do Porto, que se distinguia como importante entreposto comercial, tinha uma população a rondar as 200.000 pessoas³. A par do Porto, as cidades mais importantes eram Braga, centro espiritual do reino, e Coimbra, mercê da sua posição central e proeminência universitária.

A Sul do Mondego encontra-se o Portugal Meridional, onde se fazia sentir a influência cultural árabe. Este espaço compreende “a bacia do Ribatejo, as superfícies de erosão recortadas por vales da Beira Baixa, os alinhamentos pouco salientes de relevos de dureza do Alto Alentejo e a planície do Baixo Alentejo”; segue-se o Algarve, que entronca num limite oceânico de sentido Oeste-Este, espaço que, ao contrário do que sucede a Norte com o Douro, não tem no Tejo um limite, sendo uma região bastante uniforme e, se exceptuarmos o Algarve, fortemente continental⁴.

Por contraposição ao Norte, o Sul do Mondego apresenta uma orografia plana de altitudes modestas “onde os relevos, à excepção da serra e do barrocal algarvios, são apenas pontuais”⁵.

A Estremadura/Ribatejo, onde se destacavam as cidades de Tomar, Santarém, Lisboa e Setúbal, era a região mais densamente habitada e urbanizada e povoada do País, que praticava uma agricultura algo semelhante à do litoral Noroeste. Mais a sul, particularmente no Alentejo, a organização era de tipo fundiário e a existência de grandes aldeias e dos montes constituíam a nota dominante, sobressaindo a escassez do povoamento e a agricultura de

² Jorge Carvalho Arroiteia, *Portugal: Perfil Geográfico e Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

³ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Verbo Editora, 1982.

⁴ Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach, *Geografia de Portugal – A Vida Económica e Social*, Vol. IV, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1991.

⁵ Raquel Soeiro de Brito, *Portugal Perfil Geográfico*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

pastorícia, situação que se agravava no Algarve. Évora, no Alentejo, e Faro no Algarve, eram as urbes mais importantes.

Portanto, a geografia algo estéril do país, caracterizada por extensas e pronunciadas regiões montanhosas e vastos terrenos arenosos, restringia grandemente a capacidade agrícola, apesar de tudo, a principal actividade⁶.

De todo este conjunto, Lisboa emerge como grande metrópole, capital política, económica e comercial. A sua localização privilegiada, colocada na confluência do Atlântico com o Tejo, fazia dela um local de intercâmbio a uma escala não menosprezável, ponto de chegada e de partida de embarcações, mercadorias e pessoas. Lisboa tinha, de facto, proeminência em relação a qualquer outra cidade do país, destacando-se com os seus 207 000 habitantes⁷.

Por altura das invasões, Portugal era um País pobre, três milhões de almas entregues ao trabalho numa agricultura depauperada e numa indústria incipiente. Almas resignadas, submissas, atrasadas e profundamente religiosas, que cerca de 6.000 padres procuravam «afagar». A presença militar estrangeira a partir de finais de 1807 (franceses, espanhóis e ingleses) agravou a situação: era preciso alimentar e alojar toda essa gente, fazer face a sucessivos tributos lançados pelo ocupante; fugir dos locais dos combates, com consequente abandono das terras; a mendigagem tornou-se recorrente.

Por sua vez, o Exército de Portugal reflectia a matriz social da Nação (como sempre ao longo da História). Em 1751, o Capitão André Coutinho Ribeiro resumia o Exército à “gente do campo, das povoações e nobreza”⁸. A nobreza encontrava no exercício militar a sua honra e o seu capricho; os militares citadinos, «mesteirais», marinheiros e pescadores, são “oficiais mecânicos (...) [com] a conveniência de se terem um Regimento [e serem] muito precisos para a guerra e para o trato”; relativamente à gente do campo, “é boa porque são criados com exercícios rudes de conduzir pesos, cortar árvores, pegar em arados, enxadas e foices, romper matos e penetrar terras”⁹.

Curiosa é a caracterização feita por Charles Dumouries, em 1776 quando refere que “o exército era composto de cerca de oito a dez mil homens, menos importantes que os camponeses, sem uniformes, sem armas, pedindo esmolas ou assassinando para viver”.

⁶ Silva Cunha, *História das Instituições*, Porto, Manuais da Universidade Portucalense - Infante D. Henrique, 1998.

⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit.

⁸ André Coutinho Ribeiro, *O Capitão de Infantaria Português, com a Theórica e Prática das suas Funções*, Lisboa, 1751.

⁹ Idem.

Depois, aventa que “os generais são incompetentes” enquanto “os oficias são mal escolhidos, mal pagos e, contudo, servem apenas por interesse”. Para ele, “o soldado português é obediente, paciente, robusto, fogoso e hábil, mas é preguiçoso, pouco asseado e censurável; pode ficar excelente com cuidados, enquanto que os camponeses formam uma milícia de mais de cem mil homens, que fazem a guerra sem salário, mas com tenacidade”, sendo formidáveis na execução de emboscadas, assassinatos e acções de surpresa. E remata, frisando que “é tolice e cobardia desprezar um inimigo armado assim como há coragem e presença de espírito em não os temer”¹⁰.

2. «A Corte de Junot» e o Levantamento em Armas dos Camponeses

Sabemos que Junot, apesar de ter invadido Portugal com um exército no limiar da sobrevivência, pôde chegar a Lisboa, na ausência deliberada de oposição, e instalar-se como um príncipe, desfrutando “do direito de luz e lume”¹¹. Posicionou os seus soldados pela Estremadura e regiões fronteiriças (Almeida e Elvas), secundado pelos contingentes espanhóis que se posicionaram na região a norte do Douro, Alentejo e Algarve. «Este povo está bem na mão! Sou aqui obedecido melhor e mais depressa do que era o príncipe regente»¹², escreveu a Napoleão, em Dezembro de 1807.

De facto, tudo parecia em boa ordem, “os grandes aderiam, os pequenos esperavam”¹³, aqueles mais por receio, estes expectantes. Mas, do outro lado dos Pirinéus, Napoleão, pragmático, avisava: “«Desarme os habitantes; despeça todas as tropas portuguesas; (...), mantenha-se numa atitude de severidade que o faça temer. Parece que não tem nenhum conhecimento do génio dos portugueses e das circunstâncias em que se encontra»”¹⁴. Avisadas palavras.

Consequentemente, entre Dezembro de 1807 e Março do ano seguinte, Junot impõe medidas de largo alcance. Licenciou o Exército de Linha, obrigando parte da oficialidade a ir para as suas casas na província, a aguardar o momento de colocar a espada ao serviço da

¹⁰ Charles Dumouries, *O Reino de Portugal em 1776*, Vale de Cambra, Caleidoscópio, 2007. General francês, esteve em Portugal durante a Guerra Fantástica (1762), recolhendo avultada informação sobre a especificidade portuguesa nos vários domínios, com destaque para as de ordem geográfico-militar: ver Introdução de António Ventura à obra citada.

¹¹ Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit., Vo. VII.

¹² General Foy, *Histoire de la Guerre de la Péninsule sous Napoleon*, Tomo IV; Livre 8.º, Bondouin Frères, Editions, Paris, 1827.

¹³ José Hermano Saraiva, *História Concisa de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 19ª Edição, 1998.

¹⁴ António Pedro Vicente, *Guerra Peninsular 1801-1814*, vol. 13, Porto, QuidNovi, 2006.

causa real¹⁵. Desmantelou as milícias e as ordenanças, um passo em falso, pois empurrou para a clandestinidade o secular «estrato» sócio-militar da Nação, que desencadearia na província a resistência à ocupação. E Napoleão, a esse respeito, não deixou de avisar “«(...) vigiai os soldados que forem devolvidos aos lares, a fim de que não apareçam chefes audaciosos que formem núcleos de concentração no interior»”¹⁶. Extinguiu a Casa Reinante de Bragança, ou seja, anulou 700 anos de História através de um decreto, e confiscou os seus bens. Lançou impostos inoportáveis, submeteu os camponeses a todo o tipo de requisições em bens e géneros e permitiu que a pilhagem da soldadagem ocupante se desregulasse.

Sem se dar conta, Junot sentava-se em cima de um barril de pólvora.

O Povo Português viveu longos meses preocupado a sobreviver a um amargo quotidiano, aguentou a intrusão estrangeira porque assim lho exigiram, «engoliu» o abandono da Família Real, transigiu a ostracização das «classes superiores». Mas a nostalgia deu lugar à raiva, que cresceu com a obrigatoriedade de dar pão e cama a um intruso agressivo, tolerar sevícias de toda a ordem ao usurpador e ver a Monarquia Lusitana ser substituída por um certo Napoleão. Sentimentos acumulados que acabaram por explodir de forma generalizada e incontroável. Assim, no Portugal profundo, particularmente a norte do Mondego, emergiram os levantamentos populares, apoiada na nobreza rural e instigada pelo clero paroquial.

Mas o povo, devido às medidas tomadas por Junot, não tinha força armada organizada onde se apoiar para dar brado ao seu estado de alma.

Como o povo não tinha um exército que o enquadrasse, tornou-se ele próprio o exército, camponeses, pescadores, carpinteiros, serralheiros, milícias, ordenanças, oficiais e padres, enfim gente ferida no seu orgulho, que se munuiu de artefactos domésticos como machados, chuços, varapaus, roçadoras, foices, martelos, facas, uma ou outra arma de fogo. O povo era o exército, anárquico mas motivado, rudimentar mas disponível, violento mas generoso.

Portanto, a partir de meados de 1808, a insurreição assumiu um pendor subversivo. Soldados e oficiais desertam para não integrarem a Legião Portuguesa e os confrontos entre populares e militares franceses tornam-se recorrentes.

Para os franceses, esta era uma guerra de novo tipo, que não conheciam, não esperavam e para a qual não estavam minimamente preparados. Realmente, a guerra que lavrou em Portugal fugiu aos cânones militares da época e ao controlo da capacidade de comando de Junot, que jamais percebeu a conduta das massas populares nacionais. Para aplacar a situação,

¹⁵ Muitos oficiais recusaram-se a servir a causa do Imperador na Legião Portuguesa, exilando-se na Inglaterra e no Brasil, enquanto cerca de um terço desertou.

¹⁶ General Foy, ob. cit.

viu-se obrigado a ocupar todo o território português, contudo, sem dispor de tropas para tanto, foi retardando, reprimindo e afunilando, até se fixar na região da Estremadura.

Estes «assassinos de estrada», como chamaria Massena a esta «turba» popular¹⁷, onde inseria as milícias, emboscavam os franceses a partir dos montes, assaltavam contingentes que marchavam imberbes em caminhos de difícil transitabilidade, acometiam de romão vindos de matas densamente arborizadas. Batiam e fugiam, furtavam-se ao combate, evitavam empenhamentos decisivos. O importante era manter o ocupante debaixo de constante pressão, minar a sua capacidade moral, desgastar a sua capacidade combativa, obrigá-los a retirar.

Se o catalisador geral que favoreceu o levantamento popular foram as medidas adoptadas por Junot, o catalisador específico foi a insurreição armada desencadeada em Madrid contra a presença napoleónica, ocorrida a 2 Maio 1808. As tropas espanholas estacionadas em Portugal retiraram e, em Junho, Trás-os-Montes, Minho, Porto e Algarve pegam em armas contra os franceses. Os motins evoluíam de forma ad-hoc, dispersos, na ausência de um pólo congregador político e militar regulares¹⁸. No entanto, isso não evitou que a insurreição se generalizasse, o povo resistisse à brutalidade da repressão e Junot perdesse o controlo dos acontecimentos.

Não obstante, Junot encarava os acontecimentos como um mero movimento de campónios, acreditando, erradamente, que se resolveriam com simples operações de polícia¹⁹. À repressão respondia a fúria popular gritando «morte aos jacobinos», que podiam ser os franceses ou nacionais vistos como colaboracionistas.

E, de facto, a fúria popular abateu-se, não raras vezes, sobre magistrados, «fidalgos» e alguns militares portugueses. Edifícios públicos, são assaltados, arquivos queimados, pessoas presas ou assassinadas. É a desordem total. Neste clamor anti-francês, é a própria ordem social portuguesa que está em causa, a ordem do Antigo Regime. As «classes elevadas» desesperam: prensadas entre uma violência «patriota» que recriminam e que se pode abater sobre si, e a obediência a Junot e à ordem instaurada, passível de manutenção dos seus pergaminhos de casta; os militares estão divididos entre os que foram licenciados e perderam «os galões» e os que se mantêm debaixo da hierarquia existente, onde prosseguem a carreira;

¹⁷Manuel Themudo Barata, “A Guerra Subversiva – Soldados Sem Uniforme”, in *Nova História Militar de Portugal*, Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Abril de 2004.

¹⁸Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa, Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s/d.

¹⁹Vasco Pulido Valente, *Ir Pró Maneta. A Revolta contra os Franceses*, Lisboa, Alêtheia Editores, Novembro de 2007.

também o clero está espartilhado, o alto clero aconselha à colaboração, o baixo clero partilha da cólera das ovelhas violentadas na sua dignidade²⁰.

E, de facto, serão sobretudo os prelados quem, protegidos pelo hábito, assumem o controlo da situação. Inicialmente, a hierarquia da Igreja Católica Portuguesa, seguindo as indicações do Príncipe Regente, exortou, a partir do púlpito, os cidadãos à ponderação e à reverência do poder ocupante. Mas a situação descambou, e são os próprios prelados a dar sinais de insatisfação e a incutir nas populações o dever patriótico de resistir. Para a Igreja, a partir das espoliações e dos primeiros levantamentos populares, colocava-se o problema de legitimidade e desagregação social, considerados inaceitáveis numa sociedade de que era a fiel depositária; porque a Igreja era indissociável da Dinastia de Bragança, o espírito anti-religioso e antinacional jacobino tinha de ser travado²¹.

Como se percebe, os levantamentos da plebe eram executados em prol do trono e do altar, assentando “num pacto inviolável de fidelidade a uma monarquia de direito e de inspiração divina”²². Contudo, mais do que se sentir directamente afectada na sua dignidade institucional, a Igreja sentiu-se afrontada enquanto referência social devido ao desarticular da vivência quotidiana e, conseqüentemente, da vida religiosa. E, assim, perante a pressão militar francesa, a presença inglesa e com o País a constituir-se em palco de um conflito de dimensões internacionais, “a religião católica surgiu como instância de mobilização e de justificação do agir social, (...) tendo muitos membros do clero participado, directa ou indirectamente, nesta confrontação”²³.

Se repararmos, em Bragança é o Abade de Carrazedo que mobiliza as pessoas e as concentra em frente à Igreja de São Vicente, a 11 de Junho, dia de Corpo de Deus²⁴; no Algarve, Olhão deu o mote com o descerramento das insígnias reais na Igreja Matriz, fazendo da véspera de Santo António o início da raiva contra a presença dos franceses²⁵; em Coimbra, o Colégio de São Tomé foi tomado aos franceses por milícias galvanizadas pelo Padre José

²⁰ Fernando Pereira Marques, *Exército e Sociedade em Portugal no Declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo*, Lisboa, Regra do Jogo, 1981.

²¹ António Matos Ferreira, “Desarticulação do Antigo Regime e guerra civil”, in *História Religiosa de Portugal*, Direcção de Carlos Moreira Azevedo, Vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002.

²² Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, “As Invasões Francesas e a Afirmação das Ideias Liberais”, in *O Liberalismo (1807-1890)*, quinto volume, Coordenação de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Círculo de Leitores, Julho de 1993.

²³ António Matos Ferreira, ob. cit.

²⁴ Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, *Bragança. Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, Tomo I, Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu Abade de Baçal, Coordenação Geral da Edição Gaspar Martins Pereira, Junho de 2000.

²⁵ Alberto Iria, *A Invasão de Junot no Algarve (Subsídios para a História da Guerra Peninsular. 1808-1814)*, Lisboa, 1941.

Bernardo de Azevedo, a 23 de Junho, véspera de São João²⁶; em Évora, a revolta estalou a 13 de Julho, tendo o Arcebispo, D. Frei Manuel do Cenáculo, louvado a Família Real num solene Te Deum²⁷; ou seja, grande parte das revoltas inserem-se no calendário litúrgico²⁸.

Entretanto, no Porto é o Bispo Dom António de S. José de Castro quem toma o controlo dos acontecimentos, a 18 de Junho. De imediato, uma turba popular de 10.000 indivíduos concentra-se junto ao Episcopado da cidade, gritando «mata! Mata».

Era de mais para um «sossegado» Junot, por isso a resposta, a carimbar com ferro e fogo, foi concedida a Loison que, com 2.600 homens, saiu de Almeida e se dirigiu para o Entre Douro-e-Minho, decidido a afogar em sangue a insurreição nortenha. À sua aproximação, as populações avisavam: “Vem aí o Jinot com as guilhotinas”²⁹.

Mas Loison não foi capaz, sequer, de ultrapassar a Régua, quanto mais de chegar ao Porto. Se nas localidades o esperavam populares enraivecidos, nos itinerários foi sistematicamente atacado pelas milícias do Tenente-Coronel Francisco da Silveira, que o emboscava com a força organizada em Vila Real; enquanto isso, em Bragança, o General Manuel Sepúlveda arregimentou 2.000 agricultores e, no Porto, o general Bernardim Freire de Andrade congregou em torno de si 6.000 homens dispostos a pegar em armas. Destroçado e impotente, Loison retrocedeu para Almeida.

Esta foi a primeira grande vitória do binómio milícias populares/milícias regimentais, que reduziu ao ridículo o temido Loison e obrigou Junot a dispersar as forças de ocupação; uma vitória assente no indisciplinado mas aguerrido campesinato e na actuação irregular das milícias. Por via disso, além Douro a presença francesa não passou de uma miragem. O Norte foi o centro por excelência do delírio do povo.

Entretanto, secundando a região nortenha, sublevaram-se as localidades do Algarve e do Alentejo. Mais uma vez, Junot lançou uma campanha de terror que, para não variar, notabilizou o incansável e sanguinário maneta Loison. A tarefa apresentava-se infinita e inviável porque “não havia um inimigo que ele pudesse perseguir e destruir. O inimigo era toda a gente e ninguém. Toda a gente porque toda a gente o podia atacar; ninguém porque ele não podia considerar inimigo quem o não atacasse”³⁰. Além do mais, como observou o

²⁶ Vitoriano J. César, *Breve Estudo sobre a Invasão Franco-Hispânica de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até à Convenção de Sintra*, Lisboa, Typ. da Cooperativa Militar, 1903.

²⁷ D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas, *Memoria Descritiva do Assalto, Entrada e Saque da Cidade de Évora pelos Franceses, em 1808*, Évora, 1887.

²⁸ Ver, Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, ob. cit.

²⁹ Carlos de Azeredo, *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, Museu Militar do Porto, 1984.

³⁰ Vasco Pulido Valente, ob. cit.

marechal francês Jourdan nas suas memórias “estas terríveis execuções militares não serviram senão para azedar os espíritos e dar uma nova energia ao povo”³¹. Ipso facto.

Constatando a insurreição geral do País e o estado de independência do Norte, onde foi proclamada a Junta Provincial do Supremo Governo do Reino, Junot fixou-se, impotente, na Estremadura e, a partir daí, procurou manter a vigilância do Atlântico, temendo os ingleses. Realmente, ao longo da costa atlântica, o Almirante britânico Cotton informava “que os franceses tinham sido expulsos das províncias do Norte e que a libertação do reino estava iminente”³².

De facto, com o País a Norte do Mondego controlado pelos patriotas lusitanos e apoiado pela pressão militar que o Batalhão Académico de Coimbra (698 elementos) e 3 000 ordenanças de Carapinheira de Campo, Montemor-o-Velho e Tentúgal³³ exerciam na região de Coimbra, Wellesley desembarcou em Lavos, na foz do Mondego, 14 000 homens e artilharia em perfeita tranquilidade.

Travaram-se, então, os combates de Roliça e Vimeiro que ditaram o ocaso da presença de Junot em Portugal.

3. A Invasão de Soult e a Acção das Milícias Regimentais

Em finais de 1808, anulada a Invasão de Junot, o País encontrava-se desarmado e com receio que os franceses voltassem. De facto, depois do tropel de acontecimentos ocorridos em território português entre Novembro de 1807 e Agosto de 1808, o País encontrava-se exangue.

No entanto, homens como Miguel Pereira de Forjaz e Bernardim Freire de Andrade procuraram levantar um novo exército. Rapidamente, o Exército de Linha cresce de 20000 homens para 55 000, as milícias atingem os 51 000 e as ordenanças o dobro³⁴. Esta foi a base do exército que o General inglês Carr Beresford organizou e ampliou, quando foi empossado comandante em chefe do Exército português, em Março de 1809.

Contudo, a iminência da agressão de Soult centrou as atenções na revitalização das forças irregulares, mais fáceis de mobilizar e com provas dadas. Assim, é a partir da estrutura das milícias e das ordenanças que o Exército de Linha emerge e que se organizam as necessárias forças territoriais e de guarnição. Portanto, até à chegada de Wellesley (22 de

³¹ Carlos de Azeredo, ob. cit.

³² Idem.

³³ Manuel Themudo Barata, **ob. cit.**

³⁴ Pedro de Avelaz, “Portugal nas Guerra Napoleónicas. Uma Visão Global. Estratégias e Organização Militar”, in *Guerra Peninsular. Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna, Setembro de 2005.

Abril de 1809), a defesa será essencialmente portuguesa e assente nos contingentes irregulares.

No fundo, é este o alcance do Decreto de 11 de Dezembro de 1808 que, ao instigar toda a população a pegar em armas, espelha o “desespero defensivo de uma Nação”³⁵ ou, como exortava o Vereador de Amarante, Francisco de Sousa Galvão, “todo o homem devia sacrificar a sua casa pela salvação da sua vila, a vila pela província e a província pela Nação”³⁶.

“(...) Sou servido determinar que toda a Nação Portuguesa se arme pelo modo que a cada hum for possível: que todos os homens, sem excepção de pessoa, ou classe, tenham huma espingarda, ou pique, e todas as mais armas que as suas possibilidades permitirem. Que todas as cidades, villas, e povoações se fortifiquem, para que, reunindo-se aos seus habitantes todos os moradores dos lugares, aldêas, e casaes visinhos se defendão alli vigorosamente quando o inimigo se apresente. Que todas as companhias se reunam nas suas povoações todos os domingos e dias santos para se exercitarem no uso das armas que tiverem e nas evoluções militares, compreendendo todos os homens de idade de quinze anos até sessenta anos (...)”

Este Decreto é um apelo para o levantamento em massa de uma nação em armas, assente nas tradicionais milícias e ordenanças. Houve uma plena adesão ao Decreto, cada um trataria de defender arreigadamente cada ponto do país, cada terra, desfiladeiro, passagem de rio. Os homens que constituíam as Milícias e as Ordenanças ufanavam a defesa das suas terras, viviam um quotidiano comum, trabalhavam a terra durante a semana e treinavam-se regularmente aos domingos e dias santos³⁷, estando especialmente vocacionados, dada a sua flexibilidade, para o corte das linhas de comunicações e de abastecimentos do invasor, efectuar emboscadas, atacar a retaguarda do inimigo, atrasar a sua progressão, dispersar os seus efectivos. Sempre sem empenhamentos decisivos, mediante uma “rapidez e surpresa no combate; dispersão e segurança na retirada”³⁸. Os efeitos para o invasor foram devastadores.

³⁵ Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

³⁶ Cit Themudo Barata.

³⁷ A este respeito, Ferreira Martins lembra a preocupação dos oficiais em ocupar e treinar as milícias, “para que o trabalho as faça robustas e lhes desterre o ócio com que se fazem viciosas e prejudiciais ao sossego dos paisanos”: *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1945.

³⁸ Manuel Themudo Barata, ob. cit.

Como já o tinham sido, aliás, durante a ocupação de Junot. A diferença é que em 1808 mais que a acção da tropa de linha ou das forças irregulares de milícias e ordenanças, foi o povo, que matava para sobreviver, quem tornou a presença francesa em Portugal um martírio. Agora, a novidade na organização da resistência é que as forças irregulares deixaram de ficar ao livre-arbítrio dos chefes locais e circunscritas aos locais de residência de cada um, sendo operacionalizadas em regimentos de milícias e brigadas de ordenanças e integradas no “exército regular, num único dispositivo militar”³⁹ (preconizado na reorganização de 1807).

Entretanto, em Espanha, a acção da guerrilha fugia ao controlo francês e dificultava a consolidação da dinastia napoleónica assente em José Bonaparte. De tal forma que o imperador foi obrigado a marcar presença na Península e a conduzir directamente as operações militares. Assim, Burgos foi tomada a 10 de Novembro e Madrid ocupada em 4 de Dezembro de 1808. Depois, Napoleão ordenou o ataque aos contingentes ingleses que, a partir de Portugal, auxiliavam a guerrilha espanhola. A tarefa foi conferida ao marechal Nicolas Soult, Duque da Dalmácia, que encurralou na Galiza o destacamento militar de John Moore, obrigando-o a embarcar na Corunha com pesadas baixas e deixando na Galiza o cadáver do comandante inglês.

Com a Galiza controlada, estava aberta «a porta» para a invasão de Portugal. Nesta altura, o contingente de Soult rondava os 47.000 homens mas, atendendo às guarnições que tinham que ficar em Santander, na Corunha e no Ferrol, aos cerca de 8 000 homens empregados nos serviços de comunicações e 12 000 doentes, ficavam livres 25 000 soldados. Muitos deles eram veteranos das campanhas de Austerlitz e Iena, mas estavam saturados dos combates de Inverno, das marchas forçadas por caminhos canhestros e da fome⁴⁰.

Aparentemente, o plano de invasão de Napoleão apresentava amplas condições de sucesso: atacava Portugal através de três eixos de penetração (Minho, Beiras e Alentejo)⁴¹, as suas forças eram experientes, o inimigo estava desorganizado e, pensava-se, não podia contar com o apoio britânico. Como Napoleão tinha noção das dificuldades que o áspero terreno do

³⁹ Idem.

⁴⁰ Maria Ermelinda de Avelar Soares Fernandes Martins, *Coimbra e a Guerra Peninsular*, Coimbra, Tipografia da Atlântida, 1944.

⁴¹ Os relatórios franceses continham ainda informações sobre as vantagens e inconvenientes das possíveis áreas de penetração em Portugal, recomendando Valença, Chaves e Bragança como as melhores e reconheciam os obstáculos do rio Minho e das elevações do Nordeste transmontano como difíceis de transpor. As recomendações feitas a Soult sobre a melhor «porta de entrada» em Portugal recaíram sobre Chaves. Contudo, Soult executou várias tentativas para transpor o Minho visando iludir as tropas portuguesas sobre a verdadeira entrada escolhida: Joaquim Veríssimo Serrão, ob. cit, vol. VII.

Norte de Portugal ofereceria às movimentações militares, planeou a conquista de Lisboa através de movimentos executados ao longo da faixa litoral.

Mas a aparência ultrapassava a realidade. As forças que utilizariam os três eixos de penetração estavam demasiado afastadas para permitirem apoio mútuo em face do reduzido número de efectivos, sujeitando-se a que fossem batidas por partes; pior ainda era necessário convergir essas forças no centro de Portugal (região de Abrantes) para direccionar o ataque em direcção a Lisboa; ignorou-se a motivação de resistência dos portugueses; nas tropas imperava a fadiga devido às ininterruptas campanhas na Península; rareava o apoio sanitário, a logística, escassa, dependia de requisições a efectuar em território inimigo, onde os residentes não eram nada atreitos a colaborar. Acresce que a Regência Portuguesa pôde reorganizar um sistema defensivo e obter apoio militar de Londres e os contratempos para os franceses sugeriram ainda antes do início das operações, devido à continuada acção de resistência espanhola a leste de Orense, o que retardou Ney⁴².

Na Invasão de Soult, o Norte de Portugal e, especificamente, o Minho e Chaves são o palco, constituindo o resto do país os bastidores. Entre o Minho, mal reconhecido, e Chaves, perda da linha de comunicações, a invasão de Soult com destino intermédio ao Porto começou sob o signo de contratempos irreparáveis.

De facto, complementando as enchurradas do rio Minho, “paisanos que metiam guarda e vigiavam sobre a planície”⁴³, as milícias, ordenanças e alguns regulares de Bernardim Freire de Andrade obrigaram Soult a retroceder para Orense e a orientar a invasão para a várzea flaviense, ocupando Chaves a 12 de Março.

Segue-se a marcha francesa em direcção a Braga, que representou para Soult um combate permanente, tendo contra si “uma nação inteira: todos os habitantes, homens, mulheres, crianças, velhos e padres estavam em armas, as povoações abandonadas, os desfiladeiros guardados”⁴⁴. Lamenta-se o comandante francês que “dia e noite a minha guarda avançada era fustigada. A todo o momento revoadas de milicianos e camponeses armados reiniciavam os ataques. Estas gentes pareciam efectivamente num estado de frenesim desesperado”⁴⁵. Ainda por cima, em Braga, que foi ocupada a 20 de Março, a desilusão dos

⁴² Na região da Galiza um dos maiores entraves da manobra francesa foi a acção dos irregulares do Marquês de la Romana.

⁴³ Manuel Themudo Barata, ob. cit.

⁴⁴ Marechal Soult, *Memórias do Marechal Soult sobre a Guerra em Portugal e Espanha* (Introdução de António Ventura), Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

⁴⁵ Idem.

franceses foi total, porque “imaginavam encontrar a terra da promessa e deparou-se-lhes uma cidade deserta e sem recursos nem comodidades”⁴⁶.

Entretanto, a reconquista da praça transmontana, a 25 desse mês, significou que o dinâmico Silveira cortou ao Marechal as comunicações e o veio logístico imprescindíveis com a Galiza e, pior, doravante, com ampla liberdade operacional, Silveira, que rapidamente se dirigiu para o vale do Sousa, passou a actuar na retaguarda de Soult, ao longo da margem direita do Douro.

Após a ocupação do Porto (29 de Março), em dada altura o marechal francês percebe que está isolado; tem o Minho bloqueado pelo Brigadeiro Botelho, no Alto Douro, o Brigadeiro Francisco da Silveira permanece uma ameaça e a Sul do Douro sente a pressão dos ingleses de Wellesley⁴⁷. A solução era manter aberta a via de Amarante, que ligava o Porto às forças de Ney estacionadas na Galiza. Ordena, então, a Loison e a Delaborde que desloquem as suas forças para Amarante onde, entretanto, Silveira posicionou 6 000 homens, a maioria dos quais milícias, decidido a barrar o «trânsito» francês na ponte⁴⁸.

A defesa da Ponte de Amarante, um ponto sensível, é outro episódio sintomático da actuação das forças irregulares. Combatendo contra forças numérica e materialmente superiores, as forças de Silveira sujeitaram os franceses a fogo contínuo, desgastando-os e retardando-os durante duas semanas, tempo precioso para Wellesley organizar o seu exército, sem ser perturbado, na margem esquerda do Douro. É verdade que os irregulares de Silveira acabaram por ceder ao fogo de artilharia e à acção dos sapadores franceses, negando-se um empenhamento decisivo que podia conduzir à sua aniquilação. De facto, Silveira retirou para reaparecer com os seus homens, menos de oito dias depois, a controlar a passagem desde Entre-os-Rios até à Régua⁴⁹.

Incapaz de abrir caminho contra os ingleses a Sul e pressionado e flagelado pelos portugueses além Douro, que lhe negavam abastecimentos e inviabilizavam as comunicações, Soult retirou, utilizando para o efeito o vale do Sousa. Soult apercebeu-se, como lembra, nas memórias, “do erro do imperador que contava com a submissão da zona. Portugal pegava em

⁴⁶ Ferreira Gil, *A Infantaria Portuguesa na Guerra Peninsular*, Segunda Parte, 1912.

⁴⁷ Pires Nunes, “As Milícias e as Ordenanças em Portugal durante a Guerra Peninsular”, in *Guerra Peninsular. Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna, Setembro de 2005.

⁴⁸ Rui Meira e Cruz, *A Defesa da Ponte de Amarante*, Caderno de História Militar, Nº 20, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico-Militar, 1993.

⁴⁹ Idem.

armas pela sua independência. Este sentimento era geral e não era à força que lhe conseguia levar a melhor. Teria sido mais fácil exterminar a nação do que fazê-la ceder”⁵⁰.

Definitivamente, o Norte de Portugal não era a região ideal para os franceses se instalarem: os itinerários, autênticos caminhos de cabras, eram péssimos, agravados pelos deficientes meios de orientação cartográficos; a orografia era abrupta e a hidrografia difícil de vadear; os meios de subsistência alimentar escassos; as gentes eram arruaceiras e nada colaborantes; a conduta da tropa de linhas e das forças irregulares era arreigada.

Entretanto, o General inglês Beresford assume o comando do exército Português (Março de 1809) e trata de disciplinar e hierarquizar as forças irregulares, subtraindo-as ao livre-arbítrio dos poderes concelhios.

É verdade que durante a Invasão de Soult o elemento popular foi esgrimido pelos senhores locais, como aconteceu, por exemplo, em Coimbra, mas para Beresford o povo, mais que um complemento na luta contra os franceses, consistia numa intromissão que urgia refutar⁵¹. Assim, as milícias populares foram anuladas e o enquadramento e o comando das milícias e ordenanças saiu da esfera dos nobiliárquicos rurais. Contudo, relativamente a estas, demorou a perceber as suas especificidades no combate, não espantando que tivesse admoestado ferozmente o General Silveira por, durante a defesa da Ponte de Amarante, não ter empenhado as suas milícias num combate decisivo, que seria suicida.

Foi Wellesley quem extrairia das forças irregulares todas as suas valências para o combate, mormente durante a invasão de Masséna, ao enquadrar a sua actuação com as ordens de operações destinadas às tropas de 1ª Linha.

A invasão malograra. Mas as tropas napoleónicas voltariam mais uma vez, no ano seguinte.

4. «L’Armée» de Masséna e a actuação dos Contingentes Irregulares

Na Invasão de Masséna foi o exército regular anglo-português que fundamentou a decisão do confronto militar, cabendo às forças irregulares uma função de complemento, de utilidade incontestável.

A 29 de Maio de 1810, Napoleão deu o seu conceito de operações ao «Exército de Portugal», que consistia: tomar Ciudad Rodrigo e Almeida durante o Verão; progredir em território português apenas em Setembro, após as colheitas, utilizando o eixo de progressão Almeida-Viseu-Coimbra-Lisboa; marchar de forma metódica e sistemática e atacar com

⁵⁰ Marechal Soult, ob. cit.

⁵¹ Fernando Pereira Marques, ob. cit.

ímpeto o oponente sempre que a situação o favorecesse; Lisboa era o objectivo decisivo. Para a invasão, contava com três Corpos de Exército (Ney, Raynier e Junot) e uma Divisão de Cavalaria (Montbrun), num total de 67 000 homens, 17 000 cavalos e 84 peças de Artilharia⁵².

Contudo, os efectivos eram escassos, atendendo aos objectivos da campanha, à orografia/hidrografia, às distâncias a percorrer e à ameaça que se lhe opunha, apesar de o plano de invasão prever um ataque secundário simultâneo a efectuar por Soult a partir do Alentejo, que não se concretizou. O Barão de Thiébault⁵³, ex-Chefe de Estado-Maior de Junot, numa avaliação do potencial Luso-Britânico, identificou cerca de 95 000 homens disponíveis para pegar em armas contra os franceses: 25 a 30 000 ingleses, outro tanto do exército de linha português⁵⁴ e de milícias regulares e cerca de 10 000 milícias populares. Acrescentava que a marcha de progressão de l'Armée seria perigosamente lenta devido ao relevo e às dificuldades de traficabilidade e manobra em caminhos estreitos que obrigavam a marchas apeadas, favorecendo as emboscadas do inimigo. E assim, face a tais formidáveis meios de defesa, concluía que era preciso um exército de cerca de 100 000 homens para conquistar Portugal.

É conhecido o plano de Wellesley para fazer face à ofensiva de Masséna: defender Portugal longe de Lisboa, manter a vanguarda do invasor sob constante pressão desde a fronteira, desgastá-lo através de acções de retardamento, acometer a retaguarda do seu exército mediante uma resistência activa, praticar uma «política» de terra queimada, com uma resistência passiva.

O Exército Anglo-Português que Wellesley comandou foi o instrumento principal que derrotou Masséna. Mas, também neste caso, não podemos ignorar a relevância das forças irregulares, sobretudo quando estamos a falar de resistência activa e passiva. De facto, o comandante inglês não só incorporou as forças irregulares na sua estratégia de defesa territorial, como os colocou sob o seu comando directo e os cingiu às «leis militares», descentralizando a sua actuação.

De facto, logo que Soult retirou de Portugal, Wellesley recorreu às milícias e às ordenanças, entretanto desmobilizados, para guarnecer as praças fronteiriças e defender áreas

⁵² Abílio Pires Lousada, “A Batalha do Buçaco. Considerações Tácticas”, in *Azimute*, Mafra – Escola Prática de Infantaria, 2008.

⁵³ Baron de Thiébault, *Relation de L'Expedition du Portugal*, Paris, 1817.

⁵⁴ Refere o General Koch que o soldado português “inteligente, sóbrio e infatigável caminheiro, comandado por oficiais ingleses e já afeito à disciplina britânica, podia estar a par com os anglo-hanoverianos e, até, suplantá-los, pois em certas ocasiões é mais dado ao entusiasmo e ao sentimento de honra”: *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

sensíveis do território nacional, de forma a libertar dessas missões o exército de linha. Consequentemente, para Almeida, Elvas e Abrantes seguiram unidades de milícias e ordenanças, dando ordens para os irregulares de Trás-os-Montes, Beira e Minho permanecerem organizadamente activos.

Assim, enquanto o Exército de Masséna avançava em solo português tendo o de Wellesley à sua frente, as milícias de Silveira, em Trás-os-Montes, de Trant, na Beira, e de Bacelar, no entre Douro-e-Minho, desligavam a retaguarda francesa dos pontos de contacto além-fronteira, acometiam os flancos e anulavam sentinelas e efectivos dispersos. Paralelamente a esta resistência activa, as populações foram impelidas a negar aos franceses, nas localidades por onde eles passavam, todos e quaisquer recursos e apoios, mediante uma prática de devastações e abandono⁵⁵. Nesse sentido, nas Memórias de Massena refere o General Koch que “foram dadas ordens impiedosas para incendiar as searas e destruir fornos, moinhos, fábricas, pontes, barcas de passagem, carroças, instrumentos e até ferramentas que eles pudessem levar consigo. (...) Wellington começou a aplicar este sistema de selvática destruição na região compreendida entre o seu exército e o nosso”⁵⁶.

Irritado com a presença destes «soldados sem uniforme», Masséna acusou Wellesley de uma conduta desleal na guerra, ao arrepio da prática cavalheiresca que devia nortear os dois contendores. “A questão é unicamente saber”, refutou o general britânico, “se uma nação que é invadida por um exército formidável tem o direito de se defender a si própria por todos os meios ao seu alcance. Se esse direito existe, Portugal está justificado activando as ordenanças”⁵⁷.

Seja como for, a verdade é que foram as milícias de Trant que retardaram a marcha de Masséna desde Almeida até Viseu, concedendo dois preciosos dias para Wellesley instalar a defesa no Buçaco; depois, enquanto Masséna chegava exangue a Coimbra e deparava com uma cidade abandonada e falha de recursos, os irregulares de Bacelar avançaram até ao Vouga e eliminaram aos franceses quaisquer contactos com a retaguarda; foram os regimentos de milícias de Leiria, de Abrantes e da Estremadura que desconfortaram um impotente general francês posicionado defronte das Linhas de Torres Vedras, obrigando-o à retirada.

Linhas defensivas para cuja construção muito contribuiu a força de braços dos camponeses da região e as unidades de milícias de Lisboa, que nelas trabalharam

⁵⁵ Esta «política de terra queimada» aumentou o sofrimento das populações, principalmente na Estremadura e no Ribatejo mas, como Wellesley referia, era preferível que “*alguns sofressem muito, para que a Nação Portuguesa no seu conjunto sofresse menos*”: Pedro de Avillez, ob. cit.

⁵⁶ General Koch, ob. cit.

⁵⁷ Idem.

ininterruptamente durante um ano, com efectivos da ordem dos 5 mil a 7 mil⁵⁸. Inclusive, as Linhas de Torres tiveram a guarnecê-las 15 Regimentos de Milícias⁵⁹.

5. Considerações Finais

Curiosamente, a França Liberal que emergiu de um levantamento nacional contra a Monarquia dos Capetos e se impôs ao absolutismo europeu do Antigo Regime através do fervor patriótico assente numa «nação em armas», enfrentou igual desiderato na Península Ibérica, constituindo Portugal um caso exemplar.

A Guerra Irregular é tão antiga como a guerra em si e entronca geneticamente no ser português. As tropas concelhias, as milícias locais, tropas auxiliares e as reservas territoriais foram o contributo avulso que, ao longo da História, constituíram o cerne da defesa do País.

Durante a Guerra Peninsular revivesceu-se, em certa medida, o tempo da Reconquista, quando os concelhos apelidavam “Mouros em terra, mouros em terra, habitantes às armas”, a crise 1383-1385, em que o povo alertava “o Mestre está em perigo, o Mestre está em perigo”, o período da União Dual, quando o frei Heitor Pinto proclamava “El-rei Filipe bem me pode meter em Castela, mas Castela em mim é impossível”, a Guerra da Restauração, em que Filipa de Vilhena e Mariana de Lencastre incentivaram as mulheres portuguesas à luta e motivaram os filhos a pegar em armas. Assim, em 1808, um jornaleiro em Maфра desafiou que “se todos fossem como eu, nem um francês ficava vivo”, dando voz ao sentimento popular da altura; em 1809, as milícias e ordenanças do entre Douro e Minho bloquearam as manobras de Soult; em 1810, as forças irregulares, organizadas de Norte a Sul de Portugal e integradas na manobra de conjunto do Exército Anglo-Luso flagelaram e retardaram a marcha de Masséna em direcção a Lisboa. Tratou-se de acções que favoreceram, inequivocamente, o dobre de finados que, em cada invasão, o contingente regular anglo-português fez soar sobre o aparelho militar francês.

Se, para Napoleão Bonaparte, um exército marcha sobre o estômago e a guerra alimenta a própria guerra, a especificidade da resistência irregular dos paisanos portugueses credibilizou a máxima da época de que, para além dos Pirinéus, os pequenos corpos militares estão sujeitos a serem aniquilados e os grandes exércitos a passar fome. De facto, ao olharmos

⁵⁸ Miguel Beirão de Almeida Seixas, *As Linhas de Torres*, Caderno de História Militar, nº 21, Lisboa, Direcção do Serviço de História Militar, 1993.

⁵⁹ 5 Regimentos ocupavam as posições de Alhandra, 3 a área da Póvoa, 2 instalaram-se no Sobral, 2 em Torres Vedras, 1 Regimento posicionou-se na zona de Maфра e 2 no Casal Manso; um total de 10 000 milicianos, maioritariamente destinados a guarnecer a 1ª Linha: Pires Nunes, ob. cit.

para as forças napoleónicas, aquilo que na Europa foi uma vantagem operacional, o Princípio Divisionário e as diversificadas e extensas linhas de comunicações, em Portugal revelou-se uma perigosa vulnerabilidade, face aos péssimos itinerários, aos reduzidos e inexactos meios de orientação cartográficos, à orografia, à escassez de bens de subsistência e, claro, à conduta arreigada e dispersa das forças irregulares.

Para se ficar com uma ideia precisa dos números, dois terços do contingente mobilizado e operacionalizado em Portugal contra os franceses eram forças irregulares (milícias e ordenanças), sem contar com os milhares de populares que se intrometeram em todo o processo. Por isso Pelet, ajudante de campo de Masséna, escreveu que as milícias e as ordenanças portuguesas eram o levantamento em massa dos camponeses⁶⁰.

Para finalizar, abordamos a questão da guerrilha na Guerra Peninsular, partindo da conceptualização militar do termo⁶¹. Relativamente à presunção de que a guerrilla espanhola marca a génese do *modus bellum* aconselhamos a leitura do oportuno e bem fundamentado artigo do General Sousa Pinto publicado na Revista Militar⁶².

Começamos por referir que a situação vivida em Espanha é diferente da Portuguesa. Em Espanha lavrou uma guerra de independência contra a entronização de José Bonaparte, uma guerra que assenta a sua organização política e militar em Juntas Provinciais autónomas, ao arrepio de uma qualquer entidade central ou estatal. Assim, aquilo a que se assiste é à operacionalização de guerrillas dispersas que lutam contra o poder instituído dos Bonaparte.

Em Portugal, pelo contrário, a Dinastia de Bragança matêm-se incólume, reina a partir do Rio de Janeiro através do Conselho de Regência. Não se luta contra um poder de jure, pela simples razão que, mesmo no caso ímpar da ocupação de Lisboa por Junot, a extinção da Casa Real por Decreto não encontrou acolhimento na grei e, por isso, não teve força de lei. Em 1808, aquilo a que se assiste é à rejeição da presença francesa em solo lusitano, mediante levantamentos populares ad-hoc de pessoas que resistem, matam ou fogem porque procuram sobreviver. Levantamentos populares motivados a partir das «sacristias» e, a espaços, enquadrados por oficiais do Exército.

⁶⁰ Sendo certo que as ordenanças eram fundamentalmente homens alistados mas não mobilizados, Pelet fala em 150 000 homens das milícias e ordenanças que intervieram nas operações contra os franceses: Pelet, *Coup-D'oeil Militaire sur le Portugal – Extrait de Mémoires Inédits sur la Campagne de Portugal, en 1810 et 1811*, Spectateur Militaire, 1827.

⁶¹ Sobre o conceito de guerrilha ver: Estado-Maior do Exército, *Regulamento de Campanha – Operações*, Lisboa, 1987; Instituto de Altos Estudos Militares, *Dicionário de Termos Militares*, 1977; Tenente-Coronel Varela Soares e Major Neves Adelino, *Dicionário de Terminologia Militar*, Lisboa, 1963.

⁶² Alexandre Sousa Pinto, “Guerrilha vs. Guerrilla na Guerra Peninsular”, in *Revista Militar*, Nº 2487, Abril de 2009.

Portanto, falar em guerrilha talvez não seja de todo adequado face à especificidade portuguesa, onde o objectivo sócio-militar nacional é obstaculizar as invasões, preservar a vivência quotidiana e defender os direitos régios. É certo que, em 1808, o País esteve ocupado e não havia força armada organizada para combater Junot, surgindo Juntas Governativas a nível provincial e contingentes armados que combateram os franceses. Pode falar-se, neste contexto, em subversão, atendendo ao conceito, mas lembramos que os «movimentos subversivos» não são efectuados contra um poder instituído, mas contra tropa invasora. Portanto, são acções que irrompem mediante uma tríade patriótica de gente do povo, militares e clérigos, que denominamos **Milícias Populares**.

Em 1809, a situação evolui. A resistência é irregular, organizada e eminentemente portuguesa, efectuada através dos Regimentos de Milícias e das Brigadas de Ordenanças preconizados na reorganização de 1807 e operacionalizadas em Dezembro de 1808 pelo Conselho de Regência. Consequentemente, são contingentes irregulares institucionalizados, a que Gilberto Taveira chama milícias regulares⁶³, utilizando nós a expressão **Milícias Regimentais**.

Em 1810, a força irregular está enquadrada no exército regular luso-britânico e actua em conformidade com planos de operações decorrentes de missões conjuntas, ou seja, a actuação das milícias e das ordenanças insere-se no conceito de operações do comandante em chefe.

É verdade que o termo guerrilha aparece em Ordens do Dia de Beresford e que o mesmo é verificável na Gazeta de Lisboa⁶⁴, o que leva a pressupor que a guerrilha não é uma panaceia exclusiva de Espanha nem, tão pouco, nasce com a Guerra da Independência. Tanto mais que, a ser assim, foi uma guerra de guerrilhas o que a Espanha experimentou em Portugal, aquando das campanhas de 1762⁶⁵, o mesmo acontecendo em 1808, por exemplo, com o combate que Francisco da Silveira sujeitou Loison em Padrões de Teixeira (Régua).

Em síntese, mais que a preocupação em fundamentar que em Portugal houve guerrilha e/ou guerrilheiros, vincamos a normalização de uma tradição portuguesa em resistir através da **guerra irregular** às ameaças externas, accionando tropas auxiliares, reservas territoriais, milícias ou ordenanças. Com resultados conclusivos.

⁶³ Gilberto Pereira Taveira, *Sumário Histórico sobre a Defesa de Portugal*, Primeira Parte (1640-1815), Lisboa, Typografia da Cooperativa Militar, 1906.

⁶⁴ *Gazeta de Lisboa*, nº 312, Sabbado, 29 de Dezembro de 1810.

⁶⁵ Como se lhe refere Charles Dumouriez, ob. cit.